

Senador acredita ser uma “missão quase impossível” para a oposição na CPI da Covid atestar a culpa do chefe do Executivo, “por tudo que o presidente da República fez no sentido de enfrentar a pandemia”. Ele diz que o governo deve elaborar um relatório paralelo no colegiado

“Difícil” criminalizar Bolsonaro

» PEDRO ÍCARO*

Líder do governo no Senado, Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE) acredita que a oposição, na CPI da Covid, tem uma “missão quase impossível” de atestar a culpa do presidente Jair Bolsonaro no enfrentamento à crise sanitária. “O que eles querem é criminalizar as ações de governo e mais: criminalizar as ações do presidente. Vai ser difícil, por tudo que o presidente da República fez no sentido de enfrentar a pandemia”, afirmou, em entrevista a Denise Rothenburg, no programa CB.Poder, parceria entre o Correio e a TV Brasília.

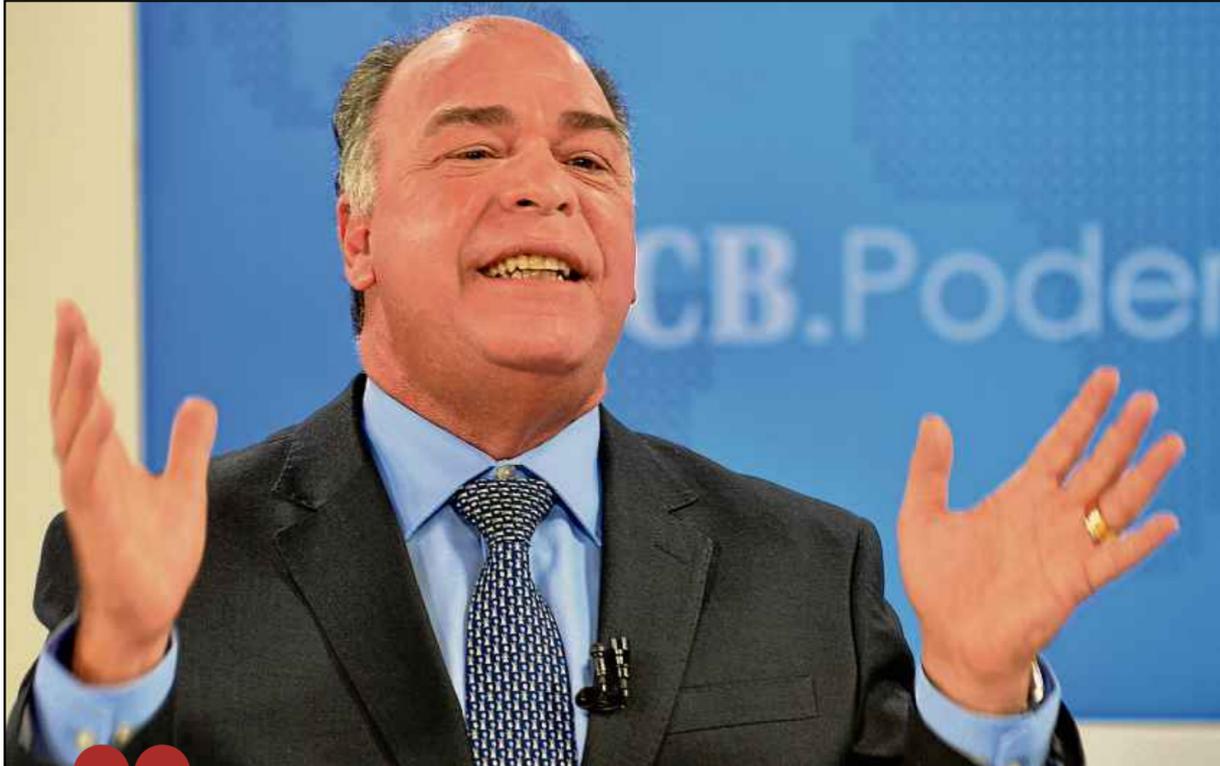
Ele disse, ainda, que será preciso aguardar todos os depoimentos e a apresentação do relatório, “porque, no limite, o governo trabalhará com o relatório alternativo para ser submetido à apreciação da comissão e também do plenário”.

O senador enfatizou que o Brasil tem 500 milhões de doses de vacinas compradas, faltando, claro, a entrega. “Acredito muito que, até o final de julho, nós vamos ter todo o grupo de risco, que são 80 milhões de brasileiros, vacinado e, até o final do ano, toda a população brasileira”, destacou. Veja os principais trechos da entrevista.

Sem maioria na CPI, como o governo pensa em dar uma guinada: fazer o colegiado parar de investigar as responsabilidades do Executivo federal e passar para estados e municípios? Uma vez que está muito difícil quebrar essa unidade do grupo majoritário e, na verdade, o governo só tem ali quatro votos?

Maioria em CPI você avalia quando da votação do relatório. Quero trazer aqui um fato que ocorreu na semana passada. O senador Renan Calheiros, em uma atitude arbitrária, excessiva, quis dar ordem de prisão ao ex-secretário de Comunicação Social da Presidência da República Fabio Wajngarten. O presidente da comissão, o senador Omar Aziz, foi contra, e se criou ali, portanto, um momento em que a maioria se posicionou contra

Ed Alves/CB/D.A Press



Acredito muito que, até o final de julho, nós vamos ter todo o grupo de risco, que são 80 milhões de brasileiros, vacinado e, até o final do ano, toda a população brasileira”

essa atitude mais arbitrária, mais radical. Nós temos de aguardar todos os depoimentos, de um lado e de outro, e a apresentação do relatório, porque, no limite, o governo trabalhará com o relatório alternativo para ser submetido à apreciação da comissão e também do plenário.

Mas o governo também enfrenta dificuldades no Senado.

Temos aprovado as matérias de interesse do governo no Senado Federal. A última, que eu posso citar, foi a aprovação da PEC (proposta de emenda à Constituição) Emergencial, no início deste ano. Um quórum qualificado de mais de 49 senadores, e o governo teve mais de 54 votos, então, base de governo você testa a cada votação. Há

votações mais sensíveis, há mais fáceis. Vamos aguardar o relatório da CPI para poder aferir se terá maioria ou não.

Na semana passada, houve o entrevista entre os senadores Renan Calheiros e Flávio Bolsonaro. O senhor teme que situações daquele tipo se repitam?

Tive com o senador Flávio Bolsonaro, conversamos antes do início dos trabalhos da comissão. Ele me perguntou se precisaria da presença dele, eu o aconselhei para não estar presente, justamente para evitar polarizações, radicalização. Tenho defendido dentro da CPI, de forma pública, e também nas conversas reservadas com todos os membros da comissão que tem que ter um foco técnico.

Qual é o objetivo da CPI? Melhorar a legislação sanitária brasileira. É o foco principal. Acho que a missão da oposição é uma missão quase impossível. O que eles querem é criminalizar as ações de governo e mais: criminalizar as ações do presidente. Vai ser difícil, por tudo que o presidente da República fez no sentido de enfrentar a pandemia.

O representante da Pfizer disse na CPI que a empresa fez várias propostas de compra de vacina, e o governo simplesmente deixou passar. Como analisa esse depoimento?

A presença do presidente da Pfizer para a América Latina na CPI foi uma oportunidade para esclarecer todas as tratativas de negociação com a empresa:

primeiro, elas não se iniciam com a carta, a carta que chegou ao gabinete da Presidência da República foi em setembro e despatchada de forma imediata.

Houve, porém, as outras ofertas que o governo recusou, feitas em agosto.

A carta chega no dia 12, e ela é respondida pela Presidência da República no dia 14 para os ministérios fins: da Saúde, Casa Civil, pedindo as providências em relação àquelas questões. As tratativas com a Pfizer, elas se iniciam em maio e prosseguem em setembro. A Pfizer não tinha a solução para a logística de distribuição da vacina. Tinham exigências no contrato que, de certa forma, eram inadmissíveis que a gente pudesse aceitar. Outra

condição: a Pfizer não queria as responsabilidades civis e financeiras para eventuais efeitos adversos da vacina em relação à população. A Pfizer não ofereceu milhões de vacinas para o governo brasileiro. O primeiro contrato foi de 18 milhões de vacinas, havendo uma possibilidade de entregar um milhão e meio em dezembro do ano passado. Ocorre que a Pfizer só deu entrada no registro para uso emergencial da vacina dela em fevereiro.

Não era melhor ter um milhão e meio do que não ter nada?

Claro que é melhor ter a vacina do que não ter nada. É que o pedido de uso emergencial da vacina da Pfizer só se dá em fevereiro. Essas coisas todas foram importantes para mostrar que, se houve falhas por parte do governo, houve também atrasos por parte da Pfizer. O governo brasileiro assinou um contrato com a Pfizer e vai receber, até junho, em vez dos 18 milhões que foram oferecidos lá em agosto, 15,5 milhões de vacinas, então, isso é bom. O que a população quer saber: “Eu posso ter esperança de que a vacina vai chegar, e eu serei vacinado?”. Com certeza. Na realidade, o mundo todo está escalando a produção de vacina. O Brasil, hoje, já tem mais de 500 milhões de doses de vacinas compradas, que são suficientes para imunizar toda a população brasileira.

Falta a entrega dessas vacinas, não?

Falta a entrega. Temos uma capacidade de vacinar dois milhões de pessoas por dia. Este mês de maio, devemos chegar a 32/33 milhões de doses distribuídas e, em junho, se tudo der certo, a gente pode chegar a 50 milhões de doses distribuídas. Acredito muito que, até o final de julho, nós vamos ter todo o grupo de risco, que são 80 milhões de brasileiros, vacinado e, até o final do ano, toda a população brasileira.

*** Estagiário sob a supervisão de Cida Barbosa**

CPI DA COVID

MRE sem verbas contra pandemia

» JORGE VASCONCELLOS

Ao contrário do ano passado, o governo federal não reservou para o orçamento do Ministério das Relações Exteriores (MRE) de 2021 nenhum recurso para a ação 21C0 — “Enfrentamento da Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional Decorrente do Coronavírus”. Em 2020, o Itamaraty contou com R\$ 128 milhões para essa finalidade. Os dados estão em ofício assinado pelo ministro das Relações Exteriores, Carlos Alberto Franco França, e encaminhado, na sexta-feira, à CPI da Covid, que investiga ações e omissões do Executivo na pandemia.

O ofício do embaixador Carlos França atende a um requerimento do senador Alessandro Vieira (Cidadania-SE), suplente da CPI, que pediu detalhes da execução orçamentária da ação 21C0 em 2020 e em 2021. As informações prestadas pelo chanceler reforçam as evidências de que o governo não se preparou para enfrentar a pandemia neste ano. Na semana passada, o Ministério da Economia enviou à CPI um ofício no qual admite que não esperava a continuidade da crise sanitária em 2021. Foi uma resposta a um requerimento da comissão que quis saber por que o Executivo

não reservou recursos para combater a covid-19 ao elaborar o Orçamento da União deste ano.

As informações contidas no ofício de Carlos França devem ser repercutidas pela CPI no depoimento, marcado para hoje, do ex-chanceler Ernesto Araújo. O diplomata deixou o cargo no fim de março, após pressões de parlamentares da oposição e até da base do governo. O motivo das críticas foi o viés ideológico de sua gestão, apontado como principal motivo para a dificuldade que o Brasil enfrenta de receber de países como China e Índia os insumos necessários à fabricação de vacinas contra a covid-19.

O ofício do chanceler à CPI informa que “no ano corrente, o Itamaraty não conta, por ora, com recursos inscritos na ação 21C0, mas, sim, com os recursos de sua programação orçamentária regular, inscritos na ação 21I5 — Serviços Consulares e de Assistência a Brasileiros no Exterior”. O documento acrescenta que a ação 21I5 tem, para este ano, verba de R\$ 9,8 milhões. “Esse valor será destinado ao atendimento de variadas iniciativas consulares, entre as quais a repatriação e a evacuação de brasileiros desvalidos”, escreveu o chefe do MRE.

Segundo o ofício, os R\$ 128 milhões destinados ao Itamaraty,

Evaristo Sa/AFP



Carlos França informou à CPI que governo não reservou recursos para a pasta combater crise neste ano

no ano passado, para o enfrentamento da pandemia foram garantidos por duas medidas provisórias: a MP 929/2020 atribuiu à pasta crédito extraordinário de R\$ 62 milhões, e a MP 962/2020 garantiu 66 milhões.

Assistência

O ofício destaca que, no ano passado, do total de recursos, R\$ 100 milhões “foram alocados para o atendimento de despesas urgentes e inadiáveis como serviços consulares e assistência a cidadãos brasileiros no exterior,

em função da emergência sanitária de escala global decorrente da pandemia da covid-19”. Desses R\$ 100 milhões, conforme o documento, foram gastos, no exterior, R\$ 62,3 milhões, dos quais R\$ 61,3 milhões tiveram como objetivo apoiar o retorno de brasileiros retidos em outros países após a eclosão da pandemia: 38.800 pessoas no total.

O ofício informa que, também no ano passado, os R\$ 28 milhões restantes foram inscritos nas ações de cooperação internacional de enfrentamento à covid-19 sob responsabilidade da Agência

Brasileira de Cooperação (ABC), “que permitiram ao Brasil atender apelos de apoio no enfrentamento da covid-19 oriundos de 24 países em desenvolvimento, bem como apoiar iniciativas de assistência humanitária internacional”. Segundo o documento assinado pelo chefe do MRE, todos os recursos destinados à cooperação internacional foram executados.

Quando o Orçamento foi enviado ao Congresso, em 31 de agosto de 2020, o Brasil somava mais de 121 mil mortes por covid-19. Hoje, já passam de 430 mil os óbitos.

Na mira, o filho 02

» BRUNA LIMA

Senadores da oposição querem convocar o vereador Carlos Bolsonaro (Republicanos-RJ) a depor na CPI da Covid. Os petistas Humberto Costa (PE) e Rogério Carvalho (SE) protocolaram requerimento sob a justificativa de que se faz necessário investigar a formação de uma assessoria paralela que estaria aconselhando o presidente Jair Bolsonaro na tomada de decisões para combater à pandemia.

Segundo o texto do requerimento, “é preciso esclarecer qual é o papel do citado vereador na elaboração da estratégia do governo federal no enfrentamento da pandemia”. O nome de Carlos Bolsonaro foi citado nos depoimentos do ex-ministro da Saúde Luiz Henrique Mandetta e do gerente-geral da Pfizer para a América Latina, Carlos Murillo.

Mandetta sugeriu o funcionamento de uma comissão paralela. “Eu testemunhei várias vezes reunião de ministros em que o filho do presidente, que é vereador no Rio de Janeiro, estava sentado atrás, tomando as notas da reunião”, disse o ex-ministro.

Carlos Murillo, por sua vez, confirmou a presença do vereador, ao lado do então secretário de Comunicação da Presidência, Fabio Wajngarten, em reunião de negociação com a farmacêutica.